



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 04 DE ABRIL DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Boa tarde a todos. Presentes os Vereadores Rubinho Nunes, Sansão Pereira e Silvia da Bancada Feminista e, no sistema virtual, no Vereador Arselino Tatto.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da quinta audiência pública de 2023, a segunda sobre o PL 127/2023, do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu artigo 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online/, pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no Youtube e no Facebook e pela TV Câmara, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 30 de março no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*; desde o dia 31 de março no jornal *O Estado de S.Paulo* e desde o dia 1º de abril no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 30 de março, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *online*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever na secretaria da Comissão, à direita da Mesa. Cada inscrito terá, na forma regimental, três minutos para falar.

Para esta audiência pública, foram convidados os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, representado pela Sra. Priscila Coelho e pelo Sr. Guilherme Iseri de Brito, da Planurb; Aline Pereira Cardoso de Sá Barabinot, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; Alexandre Modenezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras; Carlos Alberto Bezerra Jr., Secretário Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; Marcos Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor do Ministério Público do Trabalho, e Florisvaldo Fiorintino Junior, Defensor Público-Geral, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Registro a presença da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico; a do Vereador Fábio Riva, a quem quero saudar e expressar minha alegria por seu retorno; a do Vereador Celso Giannazi; a do Vereador João Ananias e a do Vereador e amigo Eli Corrêa. Obrigado todos pela presença.

Passemos à pauta da segunda audiência pública sobre PL o 127/2023, cujo tema é o desenvolvimento econômico, sustentável e social. Indago dos Srs. Vereadores presentes se alguém quer fazer alguma manifestação inicial. (Pausa)

Tem a palavra o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Boa tarde, Presidente Rubinho Nunes. Primeiramente quero cumprimentar as Sras. e Srs. Vereadores presentes e também as Secretárias, os Secretários e os representantes do Executivo.

Quero também parabenizar os consultores, os secretários da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente: o Nilson, engenheiro; o Carlos, arquiteto; o Pedro também que é arquiteto; a Elaine, que é secretária; o Inamar, que é secretário; e o Cido, que é secretário. Cumprimento também todos os movimentos, entidades, associações e institutos presentes nesta audiência pública que tem como pauta o desenvolvimento econômico sustentável e social da cidade de São Paulo dentro do Plano Diretor.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, trouxemos uma proposta de alteração do Plano Diretor da cidade de São Paulo que é incorporar ao Plano Diretor Estratégico o mapa econômico- social contendo os seguintes parâmetros de todos os distritos da cidade de São Paulo: a população, quer dizer, quantidade de habitantes por bairro; densidade, que é a medida expressa pela relação entre a população e a superfície do território, ou seja, a quantidade de pessoas por quilômetro quadrado; renda per capita, indicadores socioeconômicos que avaliam o grau de desenvolvimento econômico de determinado lugar; Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, que compara os indicadores dos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros; Índice de Gini, que é o Índice da Desigualdade, que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e também dos mais ricos; relação de trabalho e habitação; investimentos públicos por região.

É impossível fazer um planejamento urbano sem ter parâmetros econômicos-sociais para esta análise. É imprescindível saber como os parâmetros econômicos e sociais estão distribuídos pelo território do Município de São Paulo.

Tenho uma apresentação que no decorrer do tempo, no final, caso o senhor ache conveniente e os demais concordem, temos uma apresentação de *slides* que foi elaborada pelo consultor técnico de nosso gabinete Rogério Alves, que também é arquiteto de carreira. Ele é da Prefeitura de São Paulo, é pesquisador de *smart cities* e também é professor e pesquisador da USP e da Unifesp.

Então, é isso. Temos os *slides* prontos para que possamos fazer uma apresentação, caso haja tempo e os senhores achem importante e necessário de acordo com que já mencionamos inicialmente, de acordo com essa introdução, com essa apresentação.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito boa tarde. Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Sansão Pereira.

Tem a palavra o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Só fazer uma breve consideração. Boa tarde a todos.

Boa tarde a todos os membros da Mesa, as pessoas que estão de forma presencial e também de forma online acompanhando esta importante audiência pública da revisão do Plano Diretor.

Estive, no sábado, no CEU Vila Rubi e foi uma primeira audiência muito importante, porque a gente conseguiu ouvir os clamores reais da população, os problemas que elas vivenciam no seu dia a dia. Acredito que hoje será a mesma coisa. As pessoas vão trazer as suas sugestões, proposições, seus clamores também e também de forma *online*.

Um dos aspectos muito importante que foi colocado lá e que gostaria de colocar para o nosso Presidente da Comissão Vereador Rubinho Nunes é da ampliação desse prazo para discussão. A revisão do Plano Diretor é muito complexa, envolve muitos fatores - fatores de mobilidade, fatores ambientais, fatores de habitação - e é muito importante que a gente amplie esse debate para a população.

Então, tem uma demanda de a gente fazer essas audiências públicas no mínimo em todos os distritos da cidade de São Paulo. São 96 distritos. Devemos ampliar esse prazo para que a gente possa fazer um debate transparente, democrático, e sem que a especulação imobiliária se sobreponha aos interesses das pessoas da cidade, para que tenhamos de fato uma cidade sustentável para os próximos anos. Então, vem, aí, um dos apelos, Presidente, no sentido de que a gente amplie para os 96 subdistritos, faça esse debate, porque a colaboração da população, dos movimentos sociais, das organizações sociais é muito importante para que a gente tenha uma Cidade justa, igualitária.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereador Celso.

Tem a palavra a Vereadora Silvia.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Boa tarde a todas e a todos.

Queria começar dizendo que a primeira audiência... Esta é a segunda audiência pública sobre a revisão do Plano Diretor. É uma audiência temática. E a primeira audiência pública, que nós tivemos, foi feita no território, na zona Sul, no CEU Vila Rubi. Foi uma audiência muito participativa, com pessoas de vários bairros, de várias subprefeituras da zona Sul, que é uma região muito grande. E a participação foi muito boa. Acho que tinha em torno de umas 300 pessoas. (Pausa) O Presidente está me dizendo aqui que foram 400 pessoas nessa primeira audiência pública, o que demonstra que a população quer participar. A população quer debater os seus problemas, principalmente quem está no território.

Então, isso só reforça que, do nosso ponto de vista, as audiências nos territórios deveriam ser em maior quantidade. Deveria ter mais audiências nos territórios. Então, pelo cronograma que nós temos hoje, só são seis audiências nos territórios. Nós sabemos que as Comissões podem marcar audiências nos territórios, mas podem também não marcar. Então,

nós gostaríamos de colocar que seria muito importante nós termos mais audiências nos territórios. Na zona Sul, por exemplo, mais audiências em outros distritos, em outras subprefeituras como, por exemplo, Parelheiros, Marsilac, M'Boi Mirim, Jardim Ângela. E assim também na zona Leste, na zona Norte. Enfim, nas várias regiões ali, porque as regiões, em São Paulo, são imensas. Então, nós estamos colocando aqui a necessidade de ampliarmos não só o tempo para fazermos o processo de revisão do Plano Diretor, mas também uma maior quantidade de audiências nos territórios, porque a primeira audiência demonstrou que a população quer participar.

Em segundo lugar, queria destacar alguns temas que foram já objeto da primeira audiência, e que acredito que sejam temas dos mais importantes. Eu vou colocar, um pouco, a ordem de importância. Eu acho que o tema mais importante que temos hoje, no Plano Diretor, é como temos de fazer com que essa legislação possa facilitar a entrega de HIS1, de habitação popular para quem ganha até três salários mínimos. Acredito que este seja um tema dos mais importantes e imprescindíveis para a nossa cidade, porque temos um déficit de 500 mil moradias. Então, os planos de entrega de 45 mil moradias não darão conta do déficit habitacional que nós temos, e nós precisamos de uma revisão do Plano Diretor em que se facilite a entrega dessas moradias. Para isso, nós defendemos que o Fundurb, que é o Fundo da arrecadação da outorga onerosa, tenha de ter essa finalidade muito nítida, que é para habitação de interesse social.

A questão dos eixos e das vagas de garagem, achamos que é uma questão também que tem a ver com mobilidade, não só porque nós somos contrários que grandes apartamentos, que sejam construídos nos eixos de transporte público, tenham duas vagas de garagem. Não faz sentido que quem more perto do Metrô, da CPTM, dos corredores de ônibus precise de duas vagas de garagem. Isso é completamente contra a diretriz principal do Plano Diretor, que é desafogar a região dos eixos de transporte dos carros, dos congestionamentos. Então, isso é algo que nós também achamos que é importante: a questão da mobilidade.

E, por último, a questão do meio ambiente. Não que sejam só esses três temas. Mas este também é um tema que é muito importante: que nós não tenhamos a flexibilização da legislação do meio ambiente. Que continuemos tendo uma legislação rigorosa, porque nós precisamos de preservação ambiental com a construção da Cidade. Não é possível construir uma cidade completamente concretada sem a questão dos parques, sem a questão de termos a preservação do meio ambiente. E os licenciamentos ambientais são decisivos para isso.

Então, só uma fala inicial, Presidente, para podermos abrir a nossa conversa sobre esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Sílvia da Bancada

Feminista.

Não havendo mais Vereadores inscritos, passemos à pauta. Convido o Sr. Guilherme Iseri de Brito, da equipe da Planurb, para que faça suas explicações.

Registro a presença do Vereador Rodrigo Goulart, nosso Relator.

O SR. GUILHERME ISERI DE BRITO – Boa tarde, quero agradecer a oportunidade de apresentar o projeto de lei enviado pelo Executivo. E representando aqui a SMUL, agradecer a Câmara, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e começar assim que disponibilizar lá. (Pausa)

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. GUILHERME ISERI DE BRITO – Um sumário rápido da apresentação de hoje, uma introdução, uma linha do tempo, trazer o que foi o processo participativo da Etapa 3, que foi a última etapa no Executivo. E, por fim, o projeto de lei fazendo hoje o recorte do tema de desenvolvimento econômico social.

Pode passar. A introdução, a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico visou o aprimoramento dessa Lei com a realização de ajustes em dispositivos, para que suas diretrizes e objetivos estratégicos sejam alcançados até 2029, sem alterar então suas diretrizes e objetivos. Ela ocorreu de forma participativa em três etapas sucessivas possibilitando o necessário aprofundamento das análises técnicas para a elaboração da proposta de projeto de lei encaminhado ao Legislativo.

A linha do tempo acontece desde 2021, com o monitoramento, que é um processo contínuo que acontece em Planurb. O monitoramento de toda a implantação do Plano Diretor na Cidade, que culminou na elaboração do diagnóstico. O diagnóstico de aplicação foi publicado em abril de 2022, quando houve o início da Etapa 1. Essa Etapa 1 consistiu dos canais de participação, das oficinas, do Participe+ e das audiências, reuniões. E culminou então em um relatório chamado Escopo da Revisão, em que foi definido o escopo do que se procurava modificar no Plano.

Esse foi o documento base para a Etapa 2, que se iniciou em setembro de 2022. Os canais de participação nessa Etapa 2 foram o Participe+ e o formulário *on-line*, também formulários físicos em todas as subprefeituras, as pessoas podiam ir às praças de atendimento e contribuir fisicamente. As reuniões com os conselhos municipais, diversos conselhos, o CADES, o CMH. Uma agenda indígena, fomos até os territórios indígenas para ouvi-los, inclusive, isso resultou em algumas das alterações propostas, que vou apresentar hoje. E no final, um seminário presencial.

Tudo isso gerou 22 relatórios temáticos, todos disponíveis no *site* do Plano Diretor SP, e a minuta prévia do projeto de lei. Essa minuta prévia do projeto de lei foi o documento

base para a Etapa 3. Então, se discutiu em cima dessa minuta, desde janeiro de 2023 até agora, março, através dos canais do Participe+, Formulário Online. Também reuniões com os conselhos novamente, retornamos na maior parte dos conselhos que tínhamos conversado na Etapa 2. E por último, audiências públicas presenciais e virtuais. Isso culminou no projeto de lei encaminhado.

Pode passar. Então, a Etapa 3 do processo participativo foi composta por 20 atividades, compreendendo uma consulta pública em meio eletrônico, três audiências públicas presenciais e *on-line* e debates com 16 conselhos municipais, totalizando 4.388 contribuições sistematizadas e analisadas. O recorte desse número é só aquelas que foram de fato analisadas e sistematizadas pela Coordenadoria de Planejamento Urbano, sendo que houve várias outras que eram contribuições sobre manter e revisar alguns dos artigos propostos, que não estão aí contabilizados. E principalmente vieram através do Formulário Online do Participe+.

Esse gráfico representa então a quantidade de contribuições recebidas por artigo da minuta, os 10 artigos com mais contribuições. Então, os temas que se destacaram foram o Art. 15, das áreas não computáveis nos eixos, a questão das vagas. O Art. 24, que tratava da cota de solidariedade, os Anexos I e II, que tratavam das alterações dos fatores sociais e de planejamento, entre outros.

E esse gráfico vai sintetizar a quantidade de contribuições recebidas para os 10 principais subtemas. Dasquelas 4.000 contribuições, a gente classificou algumas por artigo e outras por subtemas e esses foram os principais, sendo áreas verdes e o Quadro 7 com 794 contribuições; os eixos; com 144; o sistema municipal de planejamento, instância de participação social, planos regionais e planos de bairro, com 59; e instrumento e ordenamento, reestruturação urbana, por exemplo, o PIU e a Operação Urbana, com 55; entre outros subtemas que ficaram com menos contribuições.

Então, o projeto de lei da revisão intermediária do PDE é resultado da combinação entre as contribuições da população no processo participativo e a avaliação técnica jurídica pelas equipes de SMUL e interlocução com os demais setores da Administração Pública Municipal. O PL final, ao todo, possui 75 artigos e é dividido em 12 capítulos, cujo conteúdo será apresentado a seguir.

À direita, temos esse gráfico que tenta ilustrar um pouco todo esse trabalho resolvido desde o diagnóstico, passando pelo escopo, a análise técnica. Então, foi afunilando todo o conteúdo dentro desses 75 artigos.

Essa é a estrutura do PDE, que hoje tem cinco títulos, sendo o primeiro de abrangência dos conceitos, princípios e objetivos; o segundo, da ordenação territorial; o

terceiro, da política e dos sistemas urbanos ambientais; o quarto fala da gestão democrática do sistema municipal de planejamento; e o último são as disposições finais transitórias.

Dentro deles, há vários capítulos nos quais o projeto de lei tenta fazer alterações pontuais, principalmente nos instrumentos e nas políticas setoriais, para conseguir alcançar os objetivos colocados no título 01.

Como hoje o recorte temático é o desenvolvimento econômico social, esses são todos os diversos temas que foram alterados, que estão propostos na minuta como um todo; porém, por conta do recorte de hoje, eu vou trazer principalmente o tema da política e desenvolvimento econômico sustentável e o sistema de equipamentos urbanos sociais que estão no título 03.

Para a política de desenvolvimento econômico sustentável, as principais alterações foram: Primeiro, uma remissão ao marco legal das *start ups*, procurando então lançá-las em diretrizes, até mesmo para a Lei de Zoneamento criar industriais que vão dando conta desses usos que têm surgido na Cidade. Além disso, a absorção dos Perímetros de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico, que eram conhecidos como PIDEs, que constavam nas disposições finais transitórias do Plano Diretor pelos PEDEs, que são os Polos de Desenvolvimento Econômico que constam dentro da própria política de desenvolvimento econômico.

Viu-se que havia uma sobreposição entre esses perímetros, então se optou por manter os PEDEs e melhorar a implementação deles na Cidade. Além disso, alguns dos PIDEs foram criados como centralidades, que também é uma das estratégias da política de desenvolvimento econômico sustentável.

Para o sistema de equipamentos urbanos sociais, foram diversas alterações, mas a primeira delas foi a incorporação dos grupos indígenas como prioritários no atendimento; também a necessidade de elaboração ou da revisão dos planos de saúde e educação para a incorporação das questões indígenas, principalmente olhando para os territórios onde contém grande quantidade, por exemplo, de indígenas não aldeados, para além das aldeias que existem hoje no Município.

Além disso, temos as questões que vieram muito do processo participativo dos conselhos rurais e conselhos de segurança alimentar; então, tentando expandir a criação de hortas urbanas na Cidade. E foram adicionados os CREAS, que já são equipamentos implantados no Município hoje. Por último, foram acrescentados os centros olímpicos, que também é um equipamento que hoje já existe no Município. Então, a expansão desses territórios na Cidade como equipamento.

Esses são os principais temas dentro do recorte de hoje.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Sansão Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, Sr. Guilherme Iseri de Brito da equipe da Planurb; e também à Sra. Priscila Coelho, da equipe de participação. Excelente apresentação.

Temos mais algum inscrito presencialmente? (*Pausa*) Porque temos uma lista de inscritos virtuais, pelo *chat*.

Queremos registrar a presença da Patrícia Vieira Costa, Diretora-Geral de Uso e Ocupação de Solo da SMSUB, que está representando o Sr. Alexandre Modonezi, Secretário Municipal das Subprefeituras; assim como também queremos cumprimentar o Sr. Bruno Santos, Secretário-Adjunto da Secretaria Municipal de Cultura.

Temos mais algum presente inscrito? (*Pausa*)

Registro a presença do Vereador Marlon Luz, que está *online*; e a da Vereadora Jussara Bastos, do PSOL.

Algum Vereador quer se manifestar? (*Pausa*)

Passo a chamar as pessoas inscritas pelo *chat*.

Tem a palavra o Sr. Leandro Pereira de Góes, militante do Partido dos Trabalhadores. (*Pausa*) Ele está? (*Pausa*) Não?

Tem a palavra a Sra. Juliana Braga Paviato, arquiteto. (*Pausa*) Caiu? Também não?

Tem a palavra a Sra. Fernanda Quintas. (*Pausa*)

Está presente a Fernanda? (*Pausa*) Também não?

Tem a palavra a Sra. Regina Olga Pacheco Bastos. (*Pausa*) Também não.

Tem a palavra a Sra. Isabela Gentil. (*Pausa*) Também não?

Assim, eu vou fazer a apresentação dos *slides*.

Tem a palavra a Sra. Maria de Lourdes Borges Cardoso. (*Pausa*) Também não.

Bom, temos uma apresentação. Eu vou chamar o professor, técnico que está aqui conosco, Rogério Alves, que é arquiteto de carreira da Prefeitura de São Paulo, como também pesquisador de *smart city*, professor da USP e da Unifesp, para fazer um roteiro de apresentação do *Plano Diretor*, com algumas sugestões, para, claro, acrescentar para o Prefeito Ricardo Nunes e para a cidade de São Paulo.

Por favor, pode subir à tribuna.

Os *slides* já estão aí? Estão no ponto?

Você tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO ALVES – Obrigado, Vereador.

Essa apresentação é, principalmente, um alerta, porque eu acho difícil...

Eu sou pesquisador da área de *smart city*. E, na verdade, nós trabalhamos com dados, nós sabemos como é que se consegue medir as coisas lá; e eu não consigo medir como está...

Eu sou da Prefeitura, eu entendo o esforço todo que foi feito lá, entendo todo o esforço do Prefeito, mas é difícil trabalhar com desenvolvimento econômico e social sem termos dados reais da situação. Eu tenho certeza de que os Vereadores vão concordar comigo.

Próximo *slide*, por favor.

Essa proposta está em nome do Partido Republicanos.

Mas, quanto a este *slide*, por exemplo, o que nós esperaríamos do planejamento econômico e social da cidade de São Paulo? Que ele tivesse dados do PIB por região, que ele tivesse dados do PIB por região, renda *per capita*, IDH, Gini, habitações, relação de trabalho por região, investimento público por região, que o investimento público pudesse ser por *per capita*, para que a gente pudesse comparar quanto está investindo na Cidade Tiradentes e quanto está investindo em Pinheiros. Quanto tem de investimento público para infraestrutura e quanto tem de investimento, simplesmente, por cidadão, para manutenção, para zeladoria.

Isso é o que a gente esperaria.

Próximo *slide*, por favor.

Essa a proposta que a gente está fazendo em nome do partido, para que tivesse, minimamente, dados que a gente pudesse quantificar as coisas. Então, por exemplo, se a gente tivesse dados da população por distrito, que tivesse a população total, que pudesse saber área e a população para chegar na densidade, que a gente pudesse ter uma renda *per capita* média, uma relação de habitação e trabalho, para poder jogar para um lugar ou para outro, para ver se está uma relação interessante; quanto investimento público tem ali, e, principalmente, esses dois índices IDH e o Gini. Pelos dados que a gente pegou da Prefeitura, tanto o IDH e o Gini são dados gerais; não há dados por distrito nem por região. Esses dados que estou falando são de São Paulo como um todo. O IDH, por exemplo, trabalha todos os elementos humanos e seria interessante ter para saber se realmente está evoluindo ou não, para fazer uma projeção e quantificar; o Gini para a gente saber o desequilíbrio, por exemplo, se pegar o Gini do Morumbi comparado com o de Vila Madalena vai ver que no Morumbi tem um desequilíbrio gigante, pois é um bairro em que só tem mendigo e milionário. Essa é a ideia de a gente ter parâmetros mínimos.

E estamos propondo esse mapa com as bolinhas que seria uma coisa rápida e

fácil, com os dados que a gente tem da Prefeitura, pelo menos para quantificar e poder trabalhar com esses dados.

Próximo *slide*, por favor.

E a gente poderia chegar nisso, por exemplo, uma projeção da população, da densidade, do IDH, do Gini, da renda *per capita*, poder fazer o planejamento econômico e financeiro do município para ter investimento público, porque o final da história é saber quanto de investimento público por região que a gente vai conseguir fazer.

Então, é uma proposta de poder incorporar uma que tivesse fatores sociais e econômicos no município, para discutir seriamente por região, poder equilibrar e fazer uma cidade melhor para a gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) - Muito obrigado, Professor Rogério Alves, da Prefeitura de São Paulo e pesquisador de Smart City, Professor da USP e da Unifesp.

As inscrições presenciais estão abertas. Caso alguém quiser se inscrever, pode vir, por favor.

Agora, tem a palavra a nossa amiga Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO – Obrigada, Vereador Sansão.

Boa tarde a todos e todas. Eu sou Elaine Mineiro, Vereadora na Câmara, mandato é coletivo do Quilombo Periférico.

Eu me inscrevi para chamar a atenção, primeiro, não posso deixar de ressaltar, de novo, uma coisa que a gente tem questionado bastante, enquanto PSOL, que é a participação popular. A gente teve um exemplo clássico do que significa a participação popular on-line e do quanto a gente criticou, porque essa participação popular on-line, durante a pandemia, enfim, se esses espaços podem ser considerados uma grande participação popular, que a gente sabe que, sobretudo, em territórios periféricos que a gente vai ter uma dificuldade, ainda que as pessoas possam, de fato, ter sua participação.

Então, não posso deixar de citar também o quanto a gente ainda questiona a participação popular, sobretudo pela – como a Sílvia também levantou aqui – a possibilidade ainda reduzida que a gente tem de fazer essas audiências nos territórios, para que a gente consiga levar esse diálogo para fora da Câmara Municipal de São Paulo, da região central, em horário em que as pessoas estão trabalhando, e, portanto, dificultando muito a participação popular nessas audiências. Então, preciso insistir nisso, porque a gente viu um exemplo clássico aqui, agora.

A gente vai discutir, durante esse período, vários pontos críticos – que a gente avalia – na revisão do Plano Diretor, mas eu queria chamar a atenção para um ponto que eu

acho que até se perde nas nossas falas, que é a parte do desenvolvimento sustentável e ambiental na cidade de São Paulo. A gente está inclusive num período muito crítico na cidade de São Paulo que são os períodos de enchentes.

Tem sido apontada por vários especialistas e técnicos a importância, por exemplo, de áreas verdes e parques na cidade de São Paulo. Foi quando a gente discutiu o Plano Diretor que esta Casa conseguiu reconhecer a importância desses parques, dessas áreas verdes, e a escassez dessas áreas na cidade, nos territórios periféricos.

Acho que todo mundo que está aqui provavelmente já viu algumas imagens. Quando a gente olha para São Paulo de cima, percebe como tem territórios cinza e, sobretudo, em áreas de alta construção, nas regiões periféricas; como a gente não consegue levar áreas verdes para esses territórios e a incidência de parques. E a gente tem apontado o quanto isso também é um dos fatores que faz com que haja tantas regiões de alagamentos nas regiões periféricas da cidade.

A revisão do Plano Diretor remove objetivamente, quando a gente faz a conta no final, alguns parques em regiões verdes na cidade, que a gente tinha proposto na outra revisão do Plano Diretor, sem contar também que a gente teve acesso, há pouco tempo, a um dado que apresenta que dos 146 parques, que a gente tinha proposto a construir nesse período, só se conseguiu construir 11 na cidade. E agora, na revisão, há a previsão de que se reduza esse número, da previsão que tinha para construir, em 40.

Então não houve a capacidade nem de construir os parques que a gente tinha proposto, não tivemos a capacidade de pensar nessas áreas verdes nos territórios da cidade e agora está fazendo uma proposta que diminui a construção de áreas verdes e de parques na cidade, o que também pode demonstrar para a gente uma preocupação ainda menor com as áreas verdes nas regiões da cidade e isso sim é muito fundamental para o desenvolvimento sustentável, inclusive para o desenvolvimento econômico dos territórios.

É importante pontuar isso, porque eu vejo que, por exemplo, na apresentação que a gente viu agora, as áreas verdes e parques foram provavelmente um dos maiores temas apresentados e a gente não consegue fazer esse debate de forma séria aqui, quando se faz a revisão do Plano Diretor.

Então é mais para chamar a atenção para o quanto essas áreas, sobretudo nos territórios periféricos, são fundamentais para a gente fazer a discussão de um desenvolvimento realmente sustentável e igualitário para a cidade de São Paulo.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

Queremos cumprimentar a nossa amiga Vereadora Luana, que está conosco, e também o Vereador Hélio Rodrigues.

Com a palavra o Sr. João Afif Acras, munícipe e advogado, por favor.

Se mais alguém quiser falar, é só vir se inscrever.

O SR. JOÃO AFIF ACRAS – Olá. Boa tarde a todos. Primeiro, quero parabenizar a SMUL pelo trabalho. Fez um trabalho muito legal, muito bacana na revisão do Plano. Eu acompanhei várias reuniões feitas pelo pessoal. Foi um trabalho muito bacana e muito bem feito.

O que a Vereadora disse é muito interessante em relação à parte de parques e moradia social. Eu estava dando uma revisada no meu computador, tem um mapa da região de Perus, ali na região do Morro Doce, que fala da construção do parque de Cavas de Ouro, um exemplo. Só que parte do mapa está inserido onde hoje já existe um loteamento, que foi uma conquista dos movimentos sociais. Esse mapa está descrito em cima do loteamento que os movimentos sociais conseguiram, e parte desse mapa diz, como restante, residual de Mata Atlântica, onde foram pinus plantados pelos proprietários há muitos anos e hoje não podem ser podados. E esses proprietários e etc. já estiveram em contato com movimentos sociais. São áreas que ninguém vai utilizar, ali é uma questão complicada de habitação e tal. Já ofereceram para a Prefeitura de algumas formas. E ali é gravado como remanescente de área de Mata Atlântica. E parte desse “parque” – entre aspas – proposto das cavas de ouro está em cima de loteamentos já conquistados e regularizados pelos movimentos sociais.

Então, esses pequenos ajustes eu acho importante, nos mapas, nos quadros, porque isso também é uma forma de a gente entender o que está sendo proposto. Nós estamos falando de um Plano muito importante, de uma revisão muito importante para a cidade de São Paulo. Estes ajustes finos em mapas, em legislações, em perímetros, em descrição dos SQLs, dos imóveis que serão atingidos, isso é muito importante para que a gente não tenha nenhum tipo de questionamento, nenhum tipo de questão; é até uma segurança jurídica para o Município, para que possa fazer a instituição desses parques, enfim, e desses locais.

E uma última questão que eu acho importante é sobre a participação popular. Eu entendo a necessidade de mais audiências, entendo todas essas questões, mas eu também entendo que a SMU já está há algum tempo e a Prefeitura já tem algum tempo trabalhando nisso e fazendo essas participações e tentando que a população participe. Muito feliz. Eu também estive na audiência pública na zona Sul, foi muito legal ver aquele auditório cheio. Mas eu acredito que a Cidade está pedindo, as pessoas estão pedindo para que isso seja feito e o medo de algumas pessoas é que a extensão dessas audiências públicas, a inclusão

de mais audiências públicas possa às vezes tornar esse processo um pouco mais moroso. Então é interessante achar esse equilíbrio, porque senão a gente fica passando muito tempo discutindo a mesma coisa, a mesma coisa e a mesma coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado pela sua participação, João Afif Acras - munícipe e advogado -, participação e contribuição.

Agora, tem a palavra a nossa nobre Vereadora, amiga, Luana Alves, por favor.

A SRA. LUANA ALVES – Boa tarde para todos os senhores, as senhoras.

Gostaria de iniciar a palavra, Presidente, primeiro lembrando sobre a audiência que a gente teve nesse sábado, primeira audiência territorial do Plano Diretor, ali no CEU Vila Rubi. Para mim, Presidente, estar naquela audiência, ver a quantidade de demandas que existiram, a quantidade de debates, de elementos trazidos pela população mostra a absoluta necessidade de discussão popular do Plano Diretor. Eu acho que a maior prova concreta, o parâmetro que a gente tem de que é necessário fazer mais audiências foi aquela audiência ali no CEU Vila Rubi.

Eu estava comentando, comentei ali na própria audiência, algumas pessoas vieram falar para mim a mesma coisa depois, que é isso. Ali na zona Sul, Presidente, a gente tem vários mundos. A gente tem a zona Sul Cidade Ademar, a gente tem a zona Sul Parelheiros, a gente tem a zona Sul Grajaú; a zona Sul é muita coisa. Os moradores que nasceram e cresceram ali sabem muito bem disso. E naquela, que é em uma parte da zona Sul, já foi lotada e cheia de demandas.

Eu acho que é muito necessário, sim, a gente fazer o debate democrático para que tenha mais espaço de participação, não para que se repitam as mesmas falas, não para que se falem as mesmas coisas, mas para que a gente consiga entender a diversidade das regiões da Cidade. Esse é um debate importante para a gente fazer. Quando a gente fala de mais audiências públicas, não estou desfazendo a importância de um espaço como esse aqui na Câmara, que eu acho que tem o seu papel, a sua função, principalmente os temáticos, mas o que a gente está falando é que é necessário fazer mais audiências em diferentes territórios, em diferentes locais, para que o Plano Diretor consiga, de fato, exprimir, expressar essa revisão intermediária da diversidade da Cidade e dos desafios de cada pedaço da Cidade. Eu acho que a gente não fala de audiência pública para falar a mesma coisa, mas de falar de cada território, de cada região. A nossa cidade é do tamanho de um país, os senhores bem sabem disso, e eu acho que é importante a gente conseguir exprimir o máximo de elementos possível em cada um desses lugares.

Eu gostaria de referenciar inclusive uma fala, foi dito pelo Sr. Rogério aqui numa

apresentação bastante interessante, que de fato a gente tem que ter dados para a gente conseguir começar qualquer coisa. A cidade de São Paulo tem uma dificuldade de dados muito grande. Claro que isso tem a ver com o Governo Federal, com o desmonte que a gente teve da própria pesquisa do IBGE que era para ter sido feita e não foi feita, que ainda não terminou tudo. Mas o fato é que a gente tem que ter dados, principalmente recentes, do pós-pandemia, sobre a Cidade.

A gente teve muita circulação interna em São Paulo; muito bairro que cresceu durante a pandemia; muita ocupação que foi feita; muita região, algumas que tiveram imóvel desvalorizado, outras que tiveram imóvel valorizado; outras em que aumentou a vulnerabilidade econômica, social. Isso tem de ser mapeado. Teve muita mudança, em especial no pós-pandemia, do que eu pude observar. Acho que a gente poder ter isso seria muito interessante.

Queria trazer mais alguns elementos, além dessa questão democrática, mais uma vez fazer um apelo para esta Comissão. Eu vim da Comissão de Saúde, faço mais uma vez um apelo aos meus Colegas da Comissão de Política Urbana, para que a gente consiga ter uma mudança no calendário que permita mais audiências territoriais.

Não é possível a gente só ter uma audiência na zona Sul, onde há três milhões de habitantes. Há diferentes lugares, há Vila Mariana e há Parelheiros. Então eu acho que é importante nós temos mais audiências territoriais em diferentes locais. Eu faço mais uma vez esse apelo à Comissão.

Queria trazer mais elementos. Duas coisas, sobre o debate que a gente está falando, quanto ao desenvolvimento sustentável, ambientalmente e economicamente sustentável que é o tema desta audiência.

Trago para a reflexão dos senhores algo que há algum tempo nós percebemos. Nós sabemos que é muito necessário falar sobre preservação ambiental, respeitar a ZEPAM, aumentar o número de ZEPAM, ter regras importantes para preservação ambiental. Mas também é muito importante conseguirmos avançar no debate, sobre como juntar o ambiental e o social.

Eu digo isso correndo o risco de ser mal interpretada, mas colocando esse debate, porque é importante que se fale, por exemplo, que há diferentes formas de morar num determinado lugar. Há formas mais e menos agressivas ambientalmente de se morar num local.

Se, por exemplo, nós temos uma ocupação consolidada numa área do extremo Sul, perto da represa, uma ocupação de, digamos, 10 anos, ou de menor tempo, mas está consolidada naquele lugar que é ZEPAM, pelo último local. O que a gente vai fazer? A gente

vai retirar aquelas pessoas ou pensar numa forma de habitação sustentável? Quais alternativas nós temos? Eu gostaria que a gente conseguisse avançar nesse debate. Quais alternativas de habitação ecologicamente não agressivas, que a gente possa pensar, mas que garanta saneamento, uma densidade habitacional baixa, que a gente consiga pensar nisso.

O que não dá para a gente fazer é ter regras diferentes para quem está numa área de preservação ambiental sendo uma pessoa pobre ou pessoa rica. Não para ter regra diferente. Para uma pessoa que ergue um barraco na margem da represa do que uma pessoa que monte um resort na margem da represa. Não dá para ter regras diferentes para esses dois lugares.

Observa-se que, na grande maioria dos casos, o dinheiro fala mais alto. Quem tem mais relações na Prefeitura, tem mais conexões em todas as entidades consegue garantir a sua construção na margem da represa, enquanto que uma pessoa que está erguendo o seu barraco, vai ser ameaçada com a Operação Água Limpa, como aconteceu recentemente. Ameaçada, essa é a palavra. É ameaça que se faz para as pessoas, dizendo que ali três famílias estão ameaçando a disponibilidade de água potável no Município inteiro de São Paulo, enquanto que o grande empreendimento numa região de preservação ambiental não está ameaçando.

Esse tipo de debate que a gente tem que fazer, eu queria trazer para os senhores, para pensar de que forma a gente consegue projetar uma habitação que seja de baixa densidade e ecologicamente sustentável em determinados lugares da cidade.

Para finalizar, quero trazer uma preocupação que a Bancada do PSOL teve, a partir da leitura do Plano Diretor. Vou ler o parágrafo único: “A título de corrigenda para eliminação de ambiguidade decorrente do uso do vernáculo na legislação ora revista, onde se lê Projeto de Intervenção Urbana PIU, leia-se Plano de Intervenção Urbana PIU.”

Nós gostaríamos de entender o que é essa mudança do vernáculo. Porque é muito possível, senhores, é algo que nos preocupa muito, que a mudança da palavra “projeto” para a palavra “plano” signifique a possibilidade, a brecha para que não se tenham avaliações de impacto ambiental dos projetos de intervenção urbana. Isso nos preocupa muito.

Hoje, qualquer PIU, como o de Jurubatuba que foi liberado pelo STF tem de ter o plano de impacto ambiental. Inclusive, o PIU Jurubatuba caiu porque não tinha plano de impacto ambiental. Se a gente muda a palavra para “plano” qual é a intenção da Prefeitura? É tirar a necessidade do estudo de impacto ambiental? Nós não vamos aceitar isso. Já colocamos de antemão. Já percebemos qual é aqui um pouco da ideia e não vamos aceitar esse tipo de coisa. Qualquer tipo de operação urbana, plano, projeto, o nome que os senhores

queiram colocar, que a Prefeitura, Executivo, não estou dizendo os senhores desta sala, mas o nome que o Ricardo Nunes queira colocar, nós vamos exigir que tenha avaliação de impacto ambiental.

Porque, mais uma vez, repito, não dá para o Poder Público e para o dono do dinheiro querendo fazer o que querem com o meio ambiente de São Paulo, quando uma pessoa ergue um barraco na beira da represa é tida como a que vai impedir o abastecimento de água na cidade de São Paulo.

Esse é o debate que vim trazer aqui, queria que isso fosse respondido de alguma forma pelo Executivo, e agradeço a palavra ao Vereador Sansão.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – Muito obrigado, Vereadora Luana Alves.

Registro a presença do Vereador Atilio Francisco e também do Vereador Eliseu Gabriel. O Vereador Rodolfo Despachante está presente de forma *online*.

O SR. PRESIDENTE (Sansão Pereira) – O Relator, Vereador Rodrigo Goulart, está aqui, conosco, agora. Vou lhe passar a presidência, mas, antes, está com a palavra o Vereador João Ananias.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. JOÃO ANANIAS – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o Presidente e agradeço pela abertura à participação nesta audiência pública.

Para iniciarmos essa revisão do Plano Diretor, eu acho que deveríamos esclarecer à população de que se tratam os artigos, essas abreviações. Eu tenho certeza de que a população pede para participar, mas chega um momento em que ela desiste. Por quê? Porque, na verdade, é difícil entender essas siglas que estão aí, sendo colocadas a cada dia. Eu tenho certeza de que 95% da população não entende o que está escrito nesse Plano Diretor. Disso eu tenho certeza, até porque eu acho que é um momento que temos de relatar antes de começar essa revisão do Plano Diretor.

Seria o quê? Seria esclarecer para a população de que se trata cada sigla, cada artigo, porque isso vai afetar, sim, os mais pobres da cidade. Como vai afetar os mais pobres, na verdade, tenho certeza, também, de que o Plano Diretor vem para beneficiar os mais ricos, as grandes construtoras. O que acontece? Tenho certeza, também, de que, quando você beneficia os mais ricos, os mais pobres vão ser a cada dia mais expulsos, ou vão ser colocados em grandes dificuldades ou para morar à beira dos rios.

Então, precisamos, na verdade, fazer uma discussão mais ampla, utilizando uma linguagem para a população entender para onde vamos correr com essa revisão do Plano Diretor. Presidente Rodrigo Goulart, é importante que façamos um relato à população. Façamos algumas comissões e estas audiências públicas, mas vamos trazer esclarecimentos

para a população. Por exemplo, de que se tratam ZEIS 1, ZEIS 2, ZEIS 3, Zepam? Zepam, na verdade, pode ser uma praça. Podem ser até lugares onde se pode construir e, às vezes, nem se pode, mas precisamos entender e explicar para a população de que se trata.

A Vereadora Luana Alves falou que é importante. Tenho certeza de que vai afetar o povo. Vai afetar o meio ambiente. Por que não começamos por essa parte? Eu tenho certeza de que até os Vereadores têm vergonha de dizer o seguinte: muitos de nós não sabemos como começar a estudar o Plano Diretor. Então, eu quero deixar só esta minha fala, porque falamos com todos os Vereadores e muitos deles não sabem nem por onde começar. Então, precisamos que a população participe, mas com conhecimento de causa, sabendo para onde vamos seguir e qual é o futuro da cidade.

Não estamos discutindo o futuro da cidade. Estamos discutindo, na verdade, uma forma de ficar a cada dia mais rico, dando aos empresários o direito de construir grandes casas ou apartamentos. Qual será o nosso futuro?

Então, eu queria deixar esse esclarecimento para tentarmos discutir, também, nessa revisão do Plano Diretor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereador João Ananias, do Partido dos Trabalhadores. Passo a palavra para o Vereador Sansão Pereira.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Muito boa tarde, senhoras e senhores. Haverá 48 audiências públicas. Serão 23 da Comissão de Política Urbana e mais 25 de outras comissões – no caso: Saúde, Educação, Transporte, Justiça e Finanças. Então, o que isso quer dizer? Que cada uma dessas comissões vai fazer um levantamento em cada uma dessas áreas, exatamente para se verificar a necessidade. O Plano Diretor vê o crescimento da cidade como um todo, em todas as áreas, e a razão de estar havendo estas audiências públicas é exatamente para podermos ouvir, debater e chegar ao melhor para a cidade de São Paulo, juntamente, todos os Vereadores.

Então, são os Vereadores. A Câmara tem 55 Vereadores. O Executivo envia, e nós Vereadores fazemos, acrescentamos de acordo, claro, com as audiências públicas o que nós ouvimos, o que é conveniente, o que é bom para a cidade, o que é bom para população e o que é bom para todas as classes sociais, para isso nós estamos aqui representando essa população. Os 55 Vereadores estão representando, aproximadamente 12 milhões e meio de habitantes. Então quando se fala que só olham para os construtores, para habitação, eu discordo. Porque é a Câmara. São 55 Vereadores. Todas as comissões estão envolvidas e claro, são pessoas que estão representando a cidade de São Paulo.

Então, exatamente, por causa dessas audiências públicas, das informações que

estão sendo colhidas e que nós, evidentemente, vamos juntar, fazer uma apuração do melhor para cidade de São Paulo, juntamente com o Sr. Prefeito Ricardo Nunes.

É isso. Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, senhoras e senhores!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Vereador Sansão. Tem a palavra a nobre Vereadora Jussara Basso.

A SRA. JUSSARA BASSO – Boa tarde a todos, todas e todes. Boa tarde a mesa. Quero apontar algumas questões as quais acredito ser um erro histórico da nossa cidade. Primeiro que descentralizamos em subprefeituras a tentativa de gestão dessa cidade. No entanto, concentramos nessa Casa e no Executivo do Município, que apesar de tantos estudos não tem a condição de garantir que tenhamos uma discussão democrática do Plano Diretor, que possamos atender todas as demandas relativas a divisão territorial do nosso Município.

Vejam bem! Se pegarmos a Vila Seabra, Vila Pantanal no extremo leste da zona Leste que, historicamente, sofrem como enchentes mesmo tendo uma área permeável imensa ao seu lado, percebemos a nossa incapacidade de, mesmo com essa tentativa, garantir que a gente resolva um problema muito antigo.

Do outro lado vamos para a região do Jardim Ângela, da M'Boi Mirim ou para outro extremo da região Sul, Parelheiros onde, simplesmente, parece que não é um Município de São Paulo, posto o distanciamento das nossas políticas daquele povo. Não conseguimos produzir habitação, não conseguimos garantir moradia, não conseguimos garantir educação, saúde, transporte público. Sequer conseguimos garantir que essas pessoas consigam acessar viários, que permitam a elas fazer viagens até o Centro de São Paulo, onde muitas trabalham. E aí chegamos a esse ponto. Uma revisão do Plano Estratégico da Cidade de São Paulo onde estamos pautando, principalmente, a questão ambiental sem sequer nos reservarmos a discussão sobre as moradias que ainda se encontram em encostas.

Vemos nas redes do Sr. Prefeito da Cidade a possibilidade da construção de 112 mil unidades habitacionais em diversos formatos diferentes. Porém, ainda não conseguimos sequer fazer a fila da habitação municipal andar. E sequer garantir que as remoções que serão feitas em áreas de encostas sejam feitas à medida em que essas pessoas forem atendidas em moradia social.

Realmente, precisamos trabalhar, não de acordo com uma demanda emergencial, mas de acordo com uma demanda futura. Nós precisamos olhar o nosso Município, um dos Municípios mais ricos da América Latina da forma que ele deve ser tratado: com moradia, com educação, com saúde, com dignidade para todos.

Precisamos voltar a discutir é uma reforma urbana. Voltar a discutir esse território

por inteiro e não em partes, onde a gente só fica olhando para o Centro expandido de São Paulo e esquece que a periferia vai muito além do Jardim Campo Limpo.

É isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Vereadora Jussara. Tem a palavra o nobre Vereador Eliseu Gabriel.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa noite aos Colegas Vereadores e a todos os presentes. Como hoje é uma discussão sobre atividade econômica do Plano Diretor, quero lembrar algo. Esse adensamento que foi proposto, principalmente, essa tentativa de adensamento populacional de moradias, que o Plano Diretor anterior que está em discussão em revisão propôs, não adensou nada. O que fez foi construções enormes em alguns lugares como Pinheiros, Vila Madalena, desfigurando totalmente os bairros e nem por isso tem moradores, são prédios praticamente vazios, até o contrário, basicamente aquilo foi muito mais a construção de ativos para investimentos de investidores, do que simplesmente um adensamento do bairro. Então, isso é uma coisa muito preocupante.

Por que eu estou falando isso? Porque o que está acontecendo: como não houve esse adensamento, as pessoas que moram longe continuam morando longe, os bairros distantes continuam vazios de atividade econômica. Acho que essa era uma questão para ser tratada, levar desenvolvimento para as várias regiões da cidade de São Paulo para que haja condições de as pessoas trabalharem perto de onde elas moram.

É claro que a gente não quer que continue expandindo lá para as divisas, enfim, mas precisamos pensar. Não adianta achar que em Pinheiros vai ter emprego para todo mundo ou que lá na Vila Mariana, onde estão destruindo todo o bairro com construções absurdas, e muito menos se começar a entrar no miolo dos bairros, agora, para construir ativos para os interessados em investimentos. Então, não tem cabimento, temos que pensar em atividade econômica, tem que pensar também em investimento público e privado, nas regiões que não sejam tão centrais. É claro que no fim do mundo não, mas para atrair atividade econômica para que as pessoas possam trabalhar mais próximas de sua moradia. Essa é uma questão.

Outra questão são os polos de desenvolvimento. Por exemplo, existem regiões na cidade vou dar um exemplo, a Via Anhanguera, é um lugar que poderia ter um incentivo para que houvesse um grande projeto de desenvolvimento logístico na região e outros mais que poderiam ser pensados nas várias regiões. Então, essa é uma preocupação que eu tenho, temos que dar oportunidade. Esses deslocamentos que existem na cidade precisam diminuir, não é adensando esses bairros chiques, nas instalações do metrô, pelo jeito não funcionou.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA - Numa cidade com o déficit de mais de 500 mil moradias o que acontece é uma reação em cadeia. Se você não tem moradia para a população, principalmente para quem ganha até três salários-mínimos, essa população vai escolher algum lugar para morar. Esses lugares que a população escolhe para morar normalmente são lugares ou de áreas de risco, ou de áreas de preservação ambiental e a população vai se virando como pode porque ela precisa de um teto para morar.

Então, esse déficit na verdade, o fato de a cidade não ter tido uma política habitacional suficiente para ir diminuindo esse déficit, ao longo dos anos, e hoje a gente não tem só um déficit de gigantesco, mas também temos uma fila de pessoas no aluguel social de apenas 400 reais. Acontece que as pessoas foram procurando e arrumando lugares para morar e muitas vezes esses lugares são áreas de risco, ou área de manancial ou áreas de preservação ambiental.

Então, como vamos solucionar esse problema? Primeiro temos que ir a raiz do problema. Temos que enfrentar de uma vez por todas o déficit habitacional da cidade e isso só vai ser feito se nós privilegiarmos no Plano Diretor a construção de moradias para faixa para quem ganha até três salários-mínimos. A gente está falando de uma população de muitas pessoas que ganham até meio salário-mínimo. Como é que uma pessoa que ganha meio salário-mínimo vai fazer um financiamento de uma moradia popular? Não vai. Só vai ter uma moradia se houver investimento público para essa habitação de interesse social.

Então, precisamos atacar a raiz do problema que é esse déficit imenso e uma população que está desesperada para ter um teto para morar e que muitas vezes vai morar em área de risco na beira do córrego, na beira dos afluentes do Rio Tietê, enfim, e vai acabar desmatando porque ela precisa morar. Não é culpa dela, é culpa de um problema estrutural da cidade, que é falta de política habitacional, falta de um plano de política habitacional que faz tempo inclusive que está faltando e não é feito.

O Pode Entrar foi um plano que inclusive foi votado por unanimidade aqui na Câmara Municipal, nós reivindicamos esse plano, porque foi construído com o Conselho Municipal de Habitação, foi construído com os movimentos sociais, mas ele só dá conta de uma previsão de 70.000 moradias, ele não dá conta do déficit inteiro. Então, o que nós precisamos?

Nós precisamos que, nesse plano diretor, haja uma fórmula, de que as construtoras sejam obrigadas a oferecer Habitação de Interesse Social. A primeira coisa é

isso. Isso significa fortalecer o fundo para habitação social, o Fundurb. Significa que esse dinheiro não pode ficar parado lá. Há dois bilhões parados no Fundurb, que não são investidos na construção das moradias.

E o que acontece também com o problema das ocupações, como o João falou? Lá onde era previsto um parque, já há uma ocupação consolidada e regularizada, porque as pessoas foram indo para lá. Não é culpa delas, mas elas foram. Muitas delas, muitas dessas ocupações já estão em cima de parques. Então, nós não podemos ver a parte da preservação ambiental sem ver a parte do social. Nós temos que ver as duas coisas em conjunto. Em muitos desses lugares, eu creio que é possível inclusive uma parte ser destinada à moradia e não se mexer na moradia das pessoas e se fazer um projeto de preservação ambiental conjuntamente. A gente já tem exemplos em outros países. Aqui, em São Paulo mesmo, há exemplos de lugares onde há moradias, mas com projetos de sustentabilidade incluídos.

Em outros lugares, a gente vai ter que talvez remover essas famílias para outro local, para poder haver a preservação. O que não pode acontecer, de forma alguma, na minha opinião, é o que aconteceu recentemente. Acho que faz uns quinze dias, quando uma ocupação já com casa de alvenaria foi totalmente desmontada. As casas vieram a baixo e a população foi removida para ficar onde? Para entrar, de novo, na fila do aluguel social, ganhando 400 reais. Onde essas famílias vão morar? Num outro lugar de preservação ambiental, em área de risco. Então, não vai resolver.

Então, assim, não adianta a gente ficar retirando as famílias, ainda mais de uma forma bem desumana, e colocando essas famílias na fila do aluguel social. A gente precisa atacar a raiz do problema e enxergar a questão da preservação ambiental junto com a questão dos direitos sociais, e um direito social fundamental é o direito à moradia.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereadora Sílvia.

Pergunto aqui aos Vereadores e ao público presente se há mais algum inscrito. Indago também à Secretaria da Comissão. (Pausa) Então, em não havendo mais nenhum inscrito, eu vou fazer aqui o uso da palavra e também procederei o encerramento da comissão.

Bom, agradeço e reforço, mais uma vez, o meu compromisso e o meu agradecimento aqui ao Presidente da comissão, por me indicar, de me incumbir à relatoria desse importante projeto. É a revisão intermediária do plano diretor estratégico. Agradeço também a presença aqui dos representantes de Planurb, em nome do Guilherme e da Priscila. Também agradeço o Sr. Bruno, representante da Secretaria de Cultura, representando a Secretária Aline Torres; e a presença de cada um dos Vereadores, que enobrecem muito

essa audiência pública, a segunda audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com a primeira temática, com esse tema de desenvolvimento econômico e também social, econômico sustentável e social.

Eu acompanhei bastante aqui as palavras de cada um dos que participaram presencialmente e também das Vereadoras e dos Vereadores, muitos aspectos referentes ao meio ambiente, uma das grandes preocupações que eu tenho nesse relatório. A questão dos parques realmente tem uma contabilidade a ser feita, mas tudo isso é justificado nessa minuta enviada pelo Executivo. Alguns dos parques que foram retirados dessa tabela foram parques que sofreram uma remodelação ou passaram a gestão para outros governos.

Também houve inclusão de novos parques, de parques que não estavam previstos, parques que também nós vimos na apresentação do Guilherme. Um dos temas que mais foram discutidos ou que mais tiveram contribuições nesse processo participativo e, inclusive, quero parabenizar a Planurb, e peço que leve esse cumprimento à Secretaria. Foi um processo participativo muito importante, muito grande. É um projeto que estava previsto, originalmente, na lei vigente de 2014, uma previsão de revisão intermediária em 2021, então prorrogado durante a pandemia, mas com processo participativo fundamental para toda essa discussão democrática que temos tido.

O tema que mais chamou a atenção, aqui, é a inclusão de alguns parques no Quadro 7. Todos sabemos, e cada um dos Vereadores deve ter recebido essas demandas, mas, no meu caso, que é a questão do parque Jardim Alfomares que é um dos parques inclusos no Quadro 7, e há outros que estão sendo discutidos ainda para essa inclusão.

Também sobre a questão da discussão democrática, como dito pelo Vereador Sansão, teremos as 23 audiências públicas diretamente conduzidas pela Comissão de Política Urbana e, dentre elas, as regionais. Já tivemos uma na zona Sul e teremos mais duas ainda na zona Sul. A primeira ocorreu no Grajaú. Teremos ainda a de Santo Amaro e a de Vila Mariana.

Também teremos duas na zona Leste, uma na zona Norte, uma na zona Oeste e uma no Centro. É isso Silvia? (Pausa) Isso mesmo. As regionais.

Fora as temáticas e as gerais que ocorrerão aqui, nesse plenário, inclusive, com a suspensão das sessões plenárias da Câmara Municipal, às terças e às quintas-feiras justamente para a realização das audiências, aliás, como ocorre agora, no dia de hoje.

A SRA. LUANA ALVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Com a palavra a Vereadora Luana Alves.

A SRA. LUANA ALVES – Obrigada. Rapidamente, sobre as audiências da zona

Sul, fico muito feliz que vão acontecer em Santo Amaro e na Vila Mariana, que foram as que V.Exa. citou. Perfeito.

Só para acrescentar algo para que possamos avaliar, nós e a Comissão, na audiência que teve no CEU Vila Rubi, foi dito pela população que também seria interessante uma em Parelheiros. Sabemos que é um bairro mais afastado, enfim, mais difícil até para quem mora lá de chegar, mas tem o CEU Parelheiros, que até é bastante recente.

Portanto, colocando como sugestão, que também se acrescente alguma audiência a ser realizada no CEU Parelheiros. Acho que seria interessante, mas vamos avaliando ao longo do processo.

Queria deixar a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Agradeço a sugestão, Vereadora Luana e, na verdade, acabamos definindo o cronograma e a localização das audiências exatamente pela região ser muito grande. No mapeamento, são algumas regiões mais centrais da zona Sul, como também as duas da zona Leste, e as demais igualmente tentamos, geograficamente, ter a melhor escolha, a melhor opção.

Porém, além dessas 23 audiências que teremos diretamente pela Comissão de Política Urbana foram demandadas, e uma decisão nossa, entre eu, o Relator, e o Presidente Rubinho Nunes, mais o Presidente da Casa também, são mais 25 audiências públicas, com outras 5 que acontecerão conjuntamente com a Comissão de Política Urbana e as outras cinco comissões da Casa.

Então cada um dos membros dessas demais comissões, se não me engano, a Vereadora é da Comissão de Saúde?

A SRA. LUANA ALVES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Então, que também possam ser elas, tanto regionais, como internas, aqui na Casa. Sendo assim, é importante que cada uma das comissões possa também definir seu cronograma, não terá nenhuma exigência ou qualquer participação da Comissão de Política Urbana na decisão da escolha dos locais, mas que cada uma dessas cinco comissões temáticas da Casa tenham a definição dos locais. Acredito que sim, deveremos mesmo ter outras regionais nessas audiências conjuntas, e fica registrado meu auxílio no que eu puder colaborar também nas demais comissões. Lembrando que nós não teremos nenhum poder de decisão em cima das comissões temáticas da Casa.

A SRA. LUANA ALVES - Perfeito. Obrigada. Era só porque é isso: Parelheiros é algo muito distante para conseguir acompanhar quem é do Grajaú. Mas muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Obrigado, Vereadora. Continuando, então já falei a outra parte que pretendia esclarecer mesmo, sobre as demais 25 audiências

públicas. Ressalto que é um processo participativo não só através de toda a discussão que tivemos com o Executivo, antes da minuta, mas também aqui na Casa, representando a população, que somos nós, representantes eleitos pela população, os 55 Vereadores.

Também é importante deixar registrado que, além das audiências públicas, já teremos funcionando, a partir de sábado, um *hotsite*, no portal da Câmara, saopaulo.sp.leg.br/revisaopde. Se não me engano é isso? Confirmando, aqui, com a Secretaria. (Pausa) É esse o endereço, e nele poderá ser preenchido um formulário para as contribuições. Então, através do *hotsite* e também na praça de atendimento ou no Descomplica de cada uma das 32 subprefeituras, haverá um computador disponível com acesso a esse *site*. Dessa forma, eu acredito que haverá um processo participativo democrático na Câmara Municipal de São Paulo para que possamos alcançar o melhor aprimoramento possível desse importante projeto para a Cidade – cuja revisão intermediária terá validade de 15 anos –, que visa a melhorar o que estava previsto na legislação vigente desde 2014.

Registro a presença do experiente Vereador Gilson Barreto e reforço a importância desta segunda audiência pública nesta Casa, que conta com a participação de Vereadores que não puderam estar presentes na audiência regional, realizada no CEU Vila Rubi.

Tem a palavra o Vereador Gilson Barreto.

O SR. GILSON BARRETO – Sr. Presidente, quero saudar todos os presentes e comentar a importância do Plano Diretor para a cidade de São Paulo. Quando eu fui Presidente da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, eu tive o privilégio de presidir a audiência sobre o Plano Diretor anterior.

A título de informação, no dia de amanhã, a Comissão de Administração Pública vai se reunir para propor a realização de cinco audiências públicas: uma em Itaquera, uma em São Mateus, uma na Vila Formosa, uma na Mooca e uma nesta Casa. As datas já estão predeterminadas, mas dependem da aprovação dos nobres Pares para serem inseridas no calendário de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado. O Presidente da Comissão de Administração Pública, Vereador Gilson Barreto, acaba de nos informar que proporá mais cinco audiências públicas realizadas por essa Comissão, além das 25 realizadas por Comissões conjuntas já previstas. Como é necessária a deliberação desta Comissão, eu vou levar a informação ao Vereador Rubinho Nunes para que S.Exa. trate da questão com os demais membros. A participação popular é muito importante e, com certeza, nós não teremos

nenhuma objeção a essa proposta do Vereador Gilson Barreto, que tem a experiência de ter presidido a Comissão que tratou do último Plano Diretor Estratégico, em 2014.

Não havendo mais nada a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Tenham todos uma ótima noite. Muito obrigado.
